Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JERSON DOMINGOS

# DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 6168/2016

**PROCESSO TC/MS** : TC/13336/2015
**PROTOCOLO** : 1613521
**ÓRGÃO** : SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE COSTA RICA
**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)** : ANTONIO DIVINO FELIX RODRIGUES
**TIPO DE PROCESSO** : ATA DE REGISTRO DE PREÇO 04/2015
**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO** : PREGÃO PRESENCIAL 07/2015
**RELATOR (A)** : JERSON DOMINGOS

Tratam os autos de procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial, número 07/2015, que deu origem a Ata de Registro de Preços nº 04/2015, celebrado entre o Serviço Municipal de Água e Esgoto de Costa Rica/MS e a empresa abaixo relacionada, cujo objeto é "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE BOMBAS E QUADROS".

| EMPRESA | VALOR |
|---|---|
| SILVIO ALEXANDRE BONAFÉ ME | R$ 183.445,00 |

A 3ª ICE emitiu a análise ANA - 3ICE – 22484/2015 (peça 14), manifestando-se pela regularidade do procedimento licitatório e da formalização da Ata de Registro de Preços n. 04/2015.

O Ministério Público de Contas em seu parecer (peça 15), concluiu pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da formalização da Ata de Registro de Preços.

É o relatório.

Compulsando os autos verifico que o procedimento licitatório e a formalização da Ata de Registro de Preços foram devidamente instruídos e seguem as normas estabelecidas na Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 8.666/1993, bem como estão de acordo com as determinações da Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011.

Ante o exposto, não havendo nos autos evidência de ilegalidades ou falhas nos procedimentos examinados, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas, a análise da Inspetoria de Controle Externo e **DECIDO:**

I – Pela REGULARIDADE e LEGALIDADE do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 07/2015, que deu origem a Ata de Registro de Preços n. 04/2015 celebrada entre o Serviço Municipal de Água e Esgoto de Costa Rica/MS e a empresa SILVIO ALEXANDRE BONAFÉ ME, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar n. 160,

de 02 de janeiro de 2012, observado o disposto no art. 120, *caput*, I, "*a*", e II, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa n. 76, de 11 de dezembro de 2013;

II – pela COMUNICAÇÃO do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50 da Lei Complementar n. 160, de 02 de janeiro de 2012.

III - Após as providências previstas no art. 70, § 2º, do Regimento Interno, sejam os autos remetidos à 3ª Inspetoria de Controle Externo, nos termos do art. 120, II e III da RNTC/MS n. 76/2013 c/c o parágrafo único do art. 4º da Orientação Técnica Interna n. 03, de 2010.

Campo Grande, 8 de julho de 2016.

**CONSELHEIRO JERSON DOMINGOS**
Relator

dm